

# **Demonstrações Contábeis**

**Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento**

**Em 31 de dezembro de 2023**

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2023

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Relatório da Administração.....	6
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	7

## Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	15
1. Contexto operacional .....	16
2. Resumo principais práticas contábeis.....	16
3. Caixa e equivalente de caixa.....	23
4. Relações Interfinanceiras.....	23
5. Títulos e Valores Mobiliários.....	23
6. Valores a receber – cartões de crédito .....	24
7. Ativos fiscais correntes .....	24
8. Outros créditos.....	25
9. Ativos fiscais diferidos.....	25
10. Investimentos em participações em controladas.....	26
11. Imobilizado de uso.....	27
12. Intangível .....	27
13. Depósitos.....	28
14. Relações interfinanceiras - obrigações.....	28
15. Outras obrigações - diversas.....	28
16. Obrigações tributárias.....	29
17. Provisão para contingências.....	29
18. Patrimônio líquido.....	30
19. Receita da intermediação financeira .....	30
20. Despesas da intermediação financeira .....	31
21. Receitas de prestação de serviços.....	31
22. Rendas de tarifas bancárias .....	31
23. Despesas de pessoal.....	31
24. Outras despesas administrativas.....	32
25. Despesas tributárias .....	32
26. Outras receitas operacionais .....	32

27.	Outras despesas operacionais .....	32
28.	Outras receitas e despesas não operacionais .....	33
29.	Transações com partes relacionadas .....	33
30.	Gerenciamento de riscos .....	33
31.	Outras informações .....	39



## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento ("Acesso" ou "Companhia") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. A Acesso é uma companhia que tem por objeto social as atividades de administração de cartões de crédito além de outras atividades auxiliares dos serviços financeiros.

Em 02 de junho de 2023, a Companhia assinou o Acordo de Investimento definitivo com o Banco BV S.A., o qual adquiriu 99,99% de suas ações. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (*closing*), após cumprimento das condições precedentes. Por meio do acordo de investimento e *closing* da operação, a Acesso passou a ser controlada pelo Banco BV S.A., que por sua vez, possui suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais (e não gerencias) do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Resultado Bruto de Intermediação Financeira da Acesso foi de R\$ 18,6 milhões, 63,8% inferior ao mesmo período do ano anterior, quando registrou R\$ 51,4 milhões. Já o Resultado de Provisão para Perdas cresceu 89,2% no mesmo período de comparação, para R\$ 6,4 milhões. A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com prejuízo de R\$ 29,3 milhões, queda de 38,0% sobre o prejuízo de R\$ 47,3 milhões registrado no mesmo período de 2022.

A administração da Acesso agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas  
Acesso Soluções de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Acesso Soluções de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acesso Soluções de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o semestre e exercício findos nessa data e os seus respectivos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício anteriores**

Os exames das demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2023 e semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com datas de 29 de agosto de 2023 e 29 de março de 2023, sem ressalvas.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Acesso Soluções de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

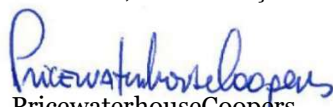


## Acesso Soluções de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by  
Maria José De Mula Cury  
Signed by MARIA JOSÉ DE MULA CURY 10057116886  
CPF: 1002710886  
Signing Time: 28 de março de 2024 18:21 BRT  
© ICP-Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Issuer: AC SERASA RFP2-01

  
Maria José De Mula Cury  
Contadora CRC 1SP192785/O-4



## BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>			
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>873</b>	<b>1.100</b>
Disponibilidades	3	873	1.100
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>286.735</b>	<b>390.745</b>
Relações interfinanceiras	4	106.350	21.910
Títulos e valores mobiliários	5	72.960	285.775
Valores a receber cartões de crédito	6	107.425	83.060
<b>Outros ativos</b>		<b>23.172</b>	<b>34.838</b>
Ativos fiscais correntes	7	6.012	8.999
Outros créditos	8	17.160	25.839
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>310.780</b>	<b>426.683</b>
<b>Não circulante</b>			
Ativos fiscais diferidos	9	18.168	18.168
Investimentos em participações em controladas	10	-	237
Imobilizado de uso	11	2.786	2.794
(-) Depreciação acumulada	11	(2.181)	(1.924)
Intangível	12	6.036	5.971
(-) Amortização acumulada	12	(4.272)	(3.148)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>20.537</b>	<b>22.098</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>331.317</b>	<b>448.781</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.





## BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>			
<b>Depósitos e Relações interfinanceiras</b>		<b>251.948</b>	<b>370.486</b>
Depósitos	13	140.729	286.229
Relações interfinanceiras - obrigações	14	111.219	84.257
<b>Outros passivos</b>		<b>48.851</b>	<b>26.917</b>
Obrigações tributárias	16	4.662	5.318
Obrigações sociais e estatutárias		3.056	6.727
Outras obrigações – diversas	15	41.133	14.872
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>300.799</b>	<b>397.403</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	17	633	2.012
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>633</b>	<b>2.012</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	186.527	97.340
Capital social - a integralizar	18	9.955	89.187
Outros resultados abrangentes		(15)	98
Prejuízos acumulados		(166.582)	(137.259)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>29.885</b>	<b>49.366</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>331.317</b>	<b>448.781</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	19	<b>16.244</b>	<b>37.340</b>	<b>40.490</b>	<b>70.510</b>
Receitas de operações com cartões de crédito		6.855	17.395	17.892	35.485
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.389	19.945	22.598	35.025
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(10.549)</b>	<b>(11.501)</b>	<b>(21.881)</b>	<b>(19.061)</b>
Operações com cartão de crédito	20	(10.549)	(11.501)	(21.881)	(19.061)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>5.695</b>	<b>25.839</b>	<b>18.609</b>	<b>51.449</b>
<b>Resultado de provisão para perdas</b>		<b>(285)</b>	<b>(2.864)</b>	<b>(6.485)</b>	<b>(3.428)</b>
Outras provisões sem característica de crédito	8	(285)	(2.864)	(6.485)	(3.428)
<b>Receitas / despesas operacionais</b>		<b>(19.577)</b>	<b>(38.560)</b>	<b>(41.424)</b>	<b>(97.167)</b>
Receitas de prestação de serviços	21	39.154	27.621	77.142	47.842
Rendas de tarifas bancárias	22	39	1.405	597	2.707
Despesas de pessoal	23	(23.550)	(29.829)	(49.647)	(63.910)
Outras despesas administrativas	24	(16.192)	(26.227)	(34.168)	(51.707)
Despesas tributárias	25	(7.574)	(6.180)	(14.546)	(11.779)
Resultado de participações em controladas	10	-	(34)	(140)	(22)
Provisão para passivos contingentes		(14)	(1.238)	1.379	(1.826)
Outras receitas operacionais	26	786	-	786	-
Outras despesas operacionais	27	(12.226)	(4.078)	(22.827)	(18.472)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(14.167)</b>	<b>(15.585)</b>	<b>(29.300)</b>	<b>(49.146)</b>
Outras receitas e despesas não operacionais	28	-	1.530	(23)	1.838
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(14.167)</b>	<b>(14.055)</b>	<b>(29.323)</b>	<b>(47.308)</b>
<b>Resultado por ação</b>					
(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$		(0,13)	(0,13)	(0,28)	(0,45)
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		105.411	105.411	105.411	105.411

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Prejuízo do período/exercício	(14.167)	(14.055)	(29.323)	(47.308)
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	(113)	48	(113)	289
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(14.280)</b>	<b>(14.007)</b>	<b>(29.436)</b>	<b>(47.019)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social	Capital social - a integralizar	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>62.788</b>	<b>34.552</b>	<b>(191)</b>	<b>(89.951)</b>	<b>7.198</b>
Aumento de capital		34.552	54.635	-	-	89.187
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos		-	-	289	-	289
Prejuízo do exercício		-	-	-	(47.308)	(47.308)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>97.340</b>	<b>89.187</b>	<b>98</b>	<b>(137.259)</b>	<b>49.366</b>
<b>Mutações do patrimônio</b>		<b>34.552</b>	<b>54.635</b>	<b>289</b>	<b>(47.308)</b>	<b>42.168</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		<b>186.527</b>	-	<b>98</b>	<b>(152.415)</b>	<b>34.210</b>
Aumento de capital – a integralizar	18	-	9.955	-	-	9.955
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos		-	-	(113)	-	(113)
Prejuízo do período		-	-	-	(14.167)	(14.167)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>186.527</b>	<b>9.955</b>	<b>(15)</b>	<b>(166.582)</b>	<b>29.885</b>
<b>Mutações do patrimônio</b>		<b>-</b>	<b>9.955</b>	<b>(113)</b>	<b>(14.167)</b>	<b>(4.325)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>97.340</b>	<b>89.187</b>	<b>98</b>	<b>(137.259)</b>	<b>49.366</b>
Aumento de capital	18	89.187	(89.187)	-	-	-
Aumento de capital – a integralizar	18	-	9.955	-	-	9.955
Ajuste ao valor justo, líquido de impostos		-	-	(113)	-	(113)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(29.323)	(29.323)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>186.527</b>	<b>9.955</b>	<b>(15)</b>	<b>(166.582)</b>	<b>29.885</b>
<b>Mutações do patrimônio</b>		<b>89.187</b>	<b>(79.232)</b>	<b>(113)</b>	<b>(29.323)</b>	<b>(19.481)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	Exercício/2023	Exercício/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(29.323)</b>	<b>(47.308)</b>
<b>Ajuste ao resultado antes dos tributos e participações</b>			
Depreciação e amortização	11	1.381	1.539
Outras provisões sem característica de crédito	8	6.485	3.428
Provisão para passivos contingentes	18	(1.379)	1.826
Resultado de participações em controladas		140	22
<b>Variações patrimoniais</b>			
(Aumento) Redução em Relações interfinanceiras	4	(79.077)	154.828
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		212.702	133.970
(Aumento) Redução em Valores a receber cartões de crédito	6	(30.850)	(86.488)
(Aumento) Redução em Ativo fiscal	7	2.987	(6.668)
(Redução) Aumento em Obrigações tributárias		-	(6.985)
(Redução) Aumento em Depósitos	13	(145.500)	(137.399)
(Redução) Aumento Obrigações por empréstimos e repasses		-	(24.451)
(Aumento) Redução em Outros ativos	8	8.680	36.797
Redução) Aumento em Outros passivos	15	43.532	(114.942)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>			
		<b>(10.222)</b>	<b>(91.831)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
(Aquisição) de TVM disponíveis para venda		-	291
(Aquisição) de ativo imobilizado		(77)	(495)
(Aquisição) de intangíveis		(65)	-
Alienação de imobilizado de uso		85	522
Alienação / redução de investimentos em participações em controladas		97	-
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos</b>			
		<b>40</b>	<b>318</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social em andamento	18	9.955	34.552
Aumento de capital		-	54.635
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) de financiamentos</b>			
		<b>9.955</b>	<b>89.187</b>
<b>Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(227)</b>	<b>(2.326)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício		1.100	3.426
Saldo no final do exercício		873	1.100
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
		<b>(227)</b>	<b>(2.326)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 1. Contexto operacional

A Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamento (“Companhia” ou “Acesso”) é uma sociedade empresarial de capital fechado constituída em 18 de outubro de 2010 e domiciliada no Brasil com sede à Rua Andrea Paulinetti, 406, Jardim das Acácias, São Paulo, SP, CEP 04707-051. A Acesso tem como objeto social as atividades de administração de cartões de crédito além de outras atividades auxiliares dos serviços financeiros.

As Demonstrações Contábeis apresentam os resultados atingidos pela Companhia, além dos investimentos realizados para expansão, com foco na constante evolução dos produtos e na oferta de serviços, bem como a melhoria contínua dos processos internos.

Em 14 de setembro de 2018, a Acesso obteve autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica, concedida pelo BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas Demonstrações Contábeis.

Em 02 de junho de 2023, a Companhia assinou o Acordo de Investimento definitivo com o Banco BV S.A., o qual adquiriu 99,99% de suas ações. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (*closing*), após cumprimento das condições precedentes.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

### 2. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (“Bacen”).

A elaboração das Demonstrações Contábeis, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Bacen e Conselho Monetário Nacional (CMN), e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requer que a Administração use de julgamento na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas judiciais e administrativas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários, determinação da vida útil



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

remanescente de ativos tangíveis, ativos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação, amortização e registro de ativos fiscais diferidos e as análises de redução ao valor recuperável (*impairment*). A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas.

### b) Moeda funcional e de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades (saldos em caixa e contas correntes em bancos) e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa ou com prazo de vencimento máximo de 90 dias a contar da data de aquisição.

### d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

**Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

**Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

**Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

- **Valores a receber de cartões de crédito**

Nas transações de cartão de crédito a Companhia atua como emissora dos cartões, sendo que os valores utilizados pelos clientes para as transações compõem as contas a receber da Companhia. Os recebíveis são qualificados de acordo com sua natureza, sendo decorrentes da parceria com o Banco BV S.A. ou decorrentes da cessão destes recebíveis para o FIDC Méliuz.

Na data do vencimento da fatura, os montantes não liquidados pelos clientes de cartões são liquidados pelo Banco BV S.A. ou são cedidos ao FIDC Méliuz, que se tornam os detentores da carteira de recebíveis financiados, conforme o caso.

- **Provisão para perdas de crédito**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é contabilizada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 e a constituição de provisão complementar à mínima requerida é realizada de acordo com modelo interno de avaliação.

**e) Imobilizado de uso**

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada ou quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:





## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitoria em bens de terceiros	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são realizados pelo método fiscal.

### f) Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor

- **Amortização**

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Softwares	5 anos
-----------	--------

### g) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados pela taxa estimada de custo de capital. As perdas, se houver, são reconhecidas no resultado e refletidas em conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida até o limite do custo do ativo acrescido dos rendimentos auferidos e registrada no resultado.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Neste caso, se o montante recuperável estimado for menor do que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social do exercício corrente e diferido é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro contábil ajustado. Os impostos e contribuições sobre o lucro consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### i) Ativos fiscais correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

### j) Ativos fiscais diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido pode ser reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações Contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio;



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

### **k) Depósitos**

São passivos financeiros associados à custódia de valores de terceiros em função da natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Companhia e são reconhecidos no momento do seu recebimento.

### **l) Provisões para contingências**

As provisões para contingências, de quaisquer naturezas, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

As provisões para contingências são constituídas sempre que a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

### **m) Benefícios a empregados**

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo assistência médica e assistência odontológica. São concedidos basicamente em bases mensais sendo reconhecidos contabilmente desta forma. Não existem benefícios de pós-emprego, fundo de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

### **n) Resultado recorrente / não recorrente**

A Companhia considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social, enquanto os resultados não recorrentes são enquadrados os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos e/ou que não fazem parte do referido objeto social.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a totalidade do resultado da Companhia é classificado como resultado recorrente.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### **o) Convergência do padrão contábil do Banco Central às normas internacionais de contabilidade:**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) emitiu diversas normas relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Bacen somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- i. Resolução CMN nº 4.524/2016 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – (CPC 02 (R2));
- ii. Resolução CMN nº 4.818/2020 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – (CPC 03);
- iii. Resolução CMN nº 4.534/2016 – Ativo Intangível – (CPC 04 (R1));
- iv. Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – (CPC 25);
- v. Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo Imobilizado – (CPC 27);
- vi. Resolução CMN nº 4.877/2020 – Benefícios a Empregados – (CPC 33 (R1)); e
- vii. Resolução BCB nº 120/2021 – Receita de Contrato com cliente – (CPC 47).

O Bacen, através da Resolução BCB nº 2/2020 consolidou procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, que passaram a ser aplicadas a partir de 2021.

### **p) Normas emitidas pelo Bacen com vigência futura**

- Resolução BCB nº 255: Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
- Resolução BCB nº 352: Estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Dispõe também sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular nº 3.068/01 e a Circular nº 3.833/17. Em relação aos requisitos de contabilidade de hedge, sua vigência foi postergada para 01 de janeiro de 2027.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Resolução CMN 4.966/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

### Plano para implementação:

Durante o exercício de 2022, o Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, realizou: (i) o mapeamento das alterações normativas, áreas e sistemas impactados, (ii) a definição de pontos focais, papéis e responsabilidades para cada frente de trabalho, (iii) a instalação de governança e reporte das ações planejadas e (iv) a aprovação de orçamento para as iniciativas que visam o pleno atendimento aos novos requisitos.

O Conglomerado planeja a aderência aos novos critérios por meio da execução de projeto interno que visa, além do desenho e construção dos requisitos técnicos e testes de homologação, capacitar e aculturar os profissionais envolvidos das diversas áreas através de treinamentos, reformulação de políticas e procedimentos internos, além de mapear, acompanhar e viabilizar a adequação do ambiente de tecnologia por toda a esteira operacional e tecnológica, de crédito e riscos, tesouraria e gestão de ativos e passivos (ALM), contábil, tributária, gerencial e dos negócios. Maiores detalhes sobre o plano de implementação para a Companhia e demais empresas do Conglomerado podem ser consultados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do banco BV.

### 3. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades em moeda nacional	444	654
Disponibilidades em moeda estrangeira	429	446
<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>1.100</b>

### 4. Relações Interfinanceiras

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de moeda eletrônica	72.958	5.487
Pagamentos instantâneos	33.392	16.423
<b>Total</b>	<b>106.350</b>	<b>21.910</b>

### 5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023, a Acesso possuía um total de R\$ 72.960 de títulos e valores mobiliários (R\$ 285.775 em 31 de dezembro de 2022) referentes a Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Dado que os saldos de LFT são para salvaguarda do saldo de clientes para a operação de moeda eletrônica pré-paga, a Acesso



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

mantém a classificação Títulos e Valores Mobiliários em disponível para venda em nível 1, ou seja, preços cotados em mercados ativos. No patrimônio líquido está a avaliação de mercado em 31 de dezembro de 2023 no total de R\$ (15) (R\$98 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos	72.960	285.775
<b>Total</b>	<b>72.960</b>	<b>285.775</b>

## 6. Valores a receber – cartões de crédito

### a) Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber de cartões de crédito (i)	107.425	83.060
<b>Total</b>	<b>107.425</b>	<b>83.060</b>

- (i) Conforme acordo operacional com o Banco BV, referido saldo de recebíveis de cartões de crédito corresponde às operações de compras a faturar, faturados a receber (não vencidos) e parcelamentos que, se não forem recebidos pelos clientes na data de vencimento da fatura, o Banco BV S.A. liquida o montante para a Acesso e passa a ser detentor da carteira financiada.

A classificação dos recebíveis por níveis de risco é de nível AA para toda a carteira e não há operações classificadas em curso anormal no período.

## 7. Ativos fiscais correntes

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a recuperar	4.571	1.650
Impostos e contribuições a compensar	1.441	7.349
<b>Total</b>	<b>6.012</b>	<b>8.999</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**8. Outros créditos**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Contas a receber parceiros	16.495	13.944
Provisão para perdas de contas a receber (i)	(9.044)	(3.992)
Créditos de parcerias (ii)	1.977	4.790
Adiantamento a Funcionários	175	24
Depósito judicial	3.295	374
Bloqueio judicial	1.282	87
Despesas antecipadas	2.267	7.917
Outros	713	2.695
<b>Total</b>	<b>17.160</b>	<b>25.839</b>

(i) Provisão constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações em atraso de contas a receber de parceiros, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia. As respectivas despesas com estas provisões estão apresentadas em “Outras provisões sem característica de crédito”.

(ii) Refere-se substancialmente às remunerações sobre aquisições, ativações e recargas efetuadas através da plataforma tecnológica de parceiros, no montante de R\$ 2.903 (R\$ 4.702 em 31 de dezembro de 2022), valores adiantados para a bandeira como garantia, no montante de R\$ 802 (R\$ 824 em 31 de dezembro de 2022).

**9. Ativos fiscais diferidos**

A Acesso possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente e não houve realização no exercício.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
IRPJ diferido	13.295	13.295
CSLL diferido	4.873	4.873
<b>Total</b>	<b>18.168</b>	<b>18.168</b>

Durante o exercício de 2023 e 2022 a Companhia não constituiu novos tributos diferidos, em observância a Resolução BCB nº 15/20. Em 19 de janeiro de 2022, o Banco Central do Brasil aprovou o pleito de dispensa da baixa do Ativo Fiscal Diferido.

**Expectativa de realização**

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Valor nominal	Valor presente
Em 2026	2.050	1.551
Em 2027	2.311	1.591
Em 2028	2.348	1.471
De 2029 a 2030	5.099	2.765
De 2031 a 2033	6.360	2.782
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>18.168</b>	<b>10.160</b>

### Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar (i) (ii)
Em 2024	0%
Em 2025	0%
Em 2026	11%
Em 2027	13%
Em 2028	13%
De 2029 a 2030	28%
De 2031 a 2033	35%

(i) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(ii) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

## 10. Investimentos em participações em controladas

Companhia	Patrimônio líquido		Resultado (i)		Investimento		Resultado de equivalência	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Upsight	-	156	(75)	(50)	-	156	(75)	(50)
Ceiba	-	81	(65)	28	-	81	(65)	28
<b>Total</b>	-	<b>237</b>	<b>(140)</b>	<b>(22)</b>	-	<b>237</b>	<b>(140)</b>	<b>(22)</b>

(i) Refere-se ao saldo das empresas Upsight e Ceiba, até 11 de maio de 2023, em que a Acesso detinha 99,99% de participação. A partir da referida data, as empresas foram encerradas e, portanto, deixaram de ser registradas como investimento.



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**11. Imobilizado de uso**

a) Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Bens do Imobilizado</b>	<b>2.786</b>	<b>2.794</b>
Máquinas e equipamentos	2.624	2.632
Móveis e utensílios	162	162
<b>Depreciação do Imobilizado</b>	<b>(2.181)</b>	<b>(1.924)</b>
Depreciação máquinas e equipamentos	(2.055)	(1.811)
Depreciação móveis e utensílios	(126)	(113)
<b>Total</b>	<b>605</b>	<b>870</b>

b) Movimentações do ativo imobilizado:

Movimentações do imobilizado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
<b>Custo</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.632	162	2.794
Adições no exercício	77	-	77
Baixas no exercício	(85)	-	(85)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.624</b>	<b>162</b>	<b>2.786</b>
<b>Depreciação</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.811)	(113)	(1.924)
Depreciação no exercício	(290)	(13)	(303)
Baixa de depreciação no exercício	46	-	46
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(2.055)</b>	<b>(126)</b>	<b>(2.181)</b>
<b>Valor contábil do imobilizado</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	821	49	870
Saldo em 31 de dezembro de 2023	569	36	605

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados indícios de perda ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

**12. Intangível**

a) Os detalhes do ativo intangível estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Softwares	6.036	5.971
Amortização acumulada	(4.272)	(3.148)
<b>Total</b>	<b>1.764</b>	<b>2.823</b>



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### b) Movimentação do ativo intangível:

Movimentações do intangível	Softwares
<b>Custo</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.971
Adições no exercício	65
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.036
<b>Amortização</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.148)
Amortização do período	(1.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.272)
<b>Valor contábil do intangível</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.823
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.764

Os ativos intangíveis de vida útil definida, são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados indícios de perda ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

## 13. Depósitos

Correspondem aos montantes referentes aos depósitos de natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Acesso. Em 31 de dezembro de 2023, o valor é de R\$ 140.729 (R\$ 286.229 em 31 de dezembro de 2022).

## 14. Relações interfinanceiras - obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a pagar de cartões (i)	111.219	84.257
<b>Total</b>	<b>111.219</b>	<b>84.257</b>

(i) Referem-se a valores a liquidar decorrentes da operação junto à Mastercard.

## 15. Outras obrigações - diversas

	31/12/2023	31/12/2022
Credores diversos	28.053	415
Fornecedores	6.983	9.851
Adiantamentos	2.214	3.690
Outras obrigações	3.883	916
<b>Total</b>	<b>41.133</b>	<b>14.872</b>



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 16. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre salários e férias	2.115	2.127
Obrigações previdenciárias	1.595	2.187
Tributos federais a recolher	757	859
Tributos municipais a recolher	195	145
<b>Total</b>	<b>4.662</b>	<b>5.318</b>

### 17. Provisão para contingências

#### a) Provisões para contingências - Prováveis

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de passivos contingentes com perda provável nos quais a Companhia é polo passivo é de R\$ 633 (R\$ 2.012 em 31 de dezembro de 2022):

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	633	692
Tributárias (ii)	-	128
Trabalhistas (iii)	-	1.192
<b>Total</b>	<b>633</b>	<b>2.012</b>

(i) **Processos cíveis:** ações contrárias à Companhia, que visam reparação de danos;

(ii) **Processos tributários:** ações promovidas pela Companhia, que buscam a não incidência de Pis/Cofins;

(iii) **Processos trabalhistas:** ações que buscam o reconhecimento do direito ao recebimento de horas extras.

A movimentação do saldo da provisão para contingências está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo no exercício anterior</b>	<b>2.012</b>	<b>186</b>
Constituição	3.844	2.284
Reversão / Baixa por pagamento	(5.223)	(458)
<b>Total</b>	<b>633</b>	<b>2.012</b>

Todas as contingências são revisadas no fim de cada exercício.

#### b) Provisões para contingências - Possíveis

Em 31 de dezembro de 2023 as demandas de natureza tributária classificadas como possíveis totalizam R\$ 127 (Em 31 de dezembro de 2022 não havia demandas classificadas como possíveis). As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

**18. Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital social da Companhia é de R\$ 196.482, sendo o capital integralizado no montante de R\$ 186.527 e o montante de R\$ 9.955 a integralizar (R\$ 186.527, sendo o montante de R\$ 97.340 integralizado e o montante de R\$ 89.187 a integralizar em 31 de dezembro de 2022). O capital integralizado é representado por 105.411.284 ações, dividido em 86.569.779 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que representam 82,13% do capital, 11.997.484 ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal com direito a voto, que representam 11,38% do capital e 6.844.021 preferências Classe B nominativas e sem valor nominal com direito a voto, que representam 6,49% do Capital social.

Em 30 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de Capital social a integralizar no montante de R\$ 9.955 e este encontra-se em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil, conforme estabelece a Circular nº 2750.

O aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de maio de 2022, foi aprovado pelo Banco Central em:

Data de aprovação Banco Central	Número de ações (quantidade)	Aumento de Capital social (R\$ mil)
03/05/2023	50.400.000	89.187

**19. Receita da intermediação financeira**

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
<b>Receitas de operações com cartões de crédito</b>	<b>6.855</b>	<b>17.395</b>	<b>17.892</b>	<b>35.485</b>
Receita operações com cartões	738	5.244	2.770	13.785
Receita de intercâmbio	5.796	11.297	12.667	19.867
Receita de multa e mora	105	223	1.252	224
Receita variação cambial	163	292	214	771
Receita com descontos obtidos	-	28	82	28
Outras receitas	53	311	907	810
<b>Resultado de operações com títulos e valores mobiliários</b>	<b>9.389</b>	<b>19.945</b>	<b>22.598</b>	<b>35.025</b>
Receita de aplicação financeira	8.578	19.945	21.573	35.023
Receita de juros	811	-	1.025	2
<b>Total</b>	<b>16.244</b>	<b>37.340</b>	<b>40.490</b>	<b>70.510</b>

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 20. Despesas da intermediação financeira

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Despesas com parceria	(5.022)	(4.426)	(10.210)	(5.357)
Despesas com saque	(242)	(1.544)	(862)	(3.215)
Despesas com bandeira	(5.214)	(5.111)	(10.668)	(9.894)
Outros despesas com cartões	(71)	(420)	(141)	(595)
<b>Total</b>	<b>(10.549)</b>	<b>(11.501)</b>	<b>(21.881)</b>	<b>(19.061)</b>

### 21. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Receita de acordo com parceiros	21.796	19.151	39.950	30.086
Receita de serviços de tecnologia	16.436	-	30.132	-
Receita de serviços de contas de pagamento pré-pagas	580	4.722	1.908	9.385
Receita de adesão	342	3.748	5.152	8.371
<b>Total</b>	<b>39.154</b>	<b>27.621</b>	<b>77.142</b>	<b>47.842</b>

### 22. Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Receita de serviços pagamento de contas	39	59	102	96
Receita de serviços DOC e TED	-	1.346	495	2.611
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>1.405</b>	<b>597</b>	<b>2.707</b>

### 23. Despesas de pessoal

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Despesas com salários e Pró-labore	(13.512)	(15.735)	(26.337)	(31.344)
Despesas com encargos sobre folha	(4.333)	(5.723)	(9.818)	(11.120)
Despesas com benefícios	(2.193)	(2.950)	(5.086)	(5.706)
Despesas com provisão com férias e 13	(2.877)	(3.868)	(6.390)	(7.849)
Outras despesas de pessoal	(635)	(1.553)	(2.016)	(7.891)
<b>Total</b>	<b>(23.550)</b>	<b>(29.829)</b>	<b>(49.647)</b>	<b>(63.910)</b>

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 24. Outras despesas administrativas

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Despesas de serviços do sistema financeiro	(401)	(311)	(849)	(547)
Despesas de aluguel	(36)	(461)	(303)	(1.193)
Despesas com depreciação e amortização	(663)	(742)	(1.381)	(1.539)
Despesas cadastrais	(1.477)	(2.615)	(3.319)	(3.965)
Despesas comerciais e marketing	(94)	(214)	(331)	(568)
Despesas com conta	(2.360)	(1.763)	(4.341)	(3.490)
Despesas com processamento	(5.143)	(9.212)	(12.008)	(17.833)
Despesas serviços terceirizados (i)	(4.721)	(7.938)	(8.819)	(16.957)
Despesas com viagem	(89)	(186)	(197)	(432)
Outras despesas administrativas	(1.208)	(2.785)	(2.620)	(5.183)
<b>Total</b>	<b>(16.192)</b>	<b>(26.227)</b>	<b>(34.168)</b>	<b>(51.707)</b>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram contratados serviços junto aos auditores externos no total de R\$ 1.123 (R\$ 537 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

### 25. Despesas tributárias

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Despesas com IOF	(68)	(49)	(105)	(678)
Despesas com ISS	(1.259)	(879)	(2.313)	(1.597)
Despesas com COFINS	(3.841)	(4.292)	(8.628)	(7.799)
Despesas com PIS	(814)	(886)	(1.711)	(1.617)
Outras despesas com tributos	(1.592)	(74)	(1.789)	(88)
<b>Total</b>	<b>(7.574)</b>	<b>(6.180)</b>	<b>(14.546)</b>	<b>(11.779)</b>

### 26. Outras receitas operacionais

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Outros	786	-	786	-
<b>Total</b>	<b>786</b>	<b>-</b>	<b>786</b>	<b>-</b>

### 27. Outras despesas operacionais

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Despesas com emissão de cartão	(3.040)	(2.214)	(6.777)	(11.147)
Despesas com perdas operacionais	(7.448)	(928)	(12.443)	(1.814)
Despesas com prevenção	(1.738)	(929)	(3.582)	(1.810)
Despesas com juros de empréstimos	-	-	-	(3.683)
Outras despesas	-	(7)	(25)	(18)
<b>Total</b>	<b>(12.226)</b>	<b>(4.078)</b>	<b>(22.827)</b>	<b>(18.472)</b>



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 28. Outras receitas e despesas não operacionais

	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Ganho / (perda) na venda de imobilizado	-	-	13	13
Perda na venda de imobilizado	-	(5)	(36)	(5)
Outras receitas não operacionais	-	1.535	-	1.830
<b>Total</b>	-	<b>1.530</b>	<b>(23)</b>	<b>1.838</b>

### 29. Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas da Companhia foram definidas pela Administração como sendo as companhias controladoras, os seus controladores e acionistas, companhias a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A Acesso manteve operações com partes relacionadas no curso normal ou pontual das suas atividades e em condições de mercado.

A Companhia não tem por política oferecer aos seus administradores plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações. A remuneração global dos administradores e executivos-chave da Acesso em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.978 (R\$ 2.796 em 31 de dezembro de 2022). As despesas estão registradas no resultado do exercício.

A Acesso é controlada 50% pela empresa AcessoPar Investimentos e Participações S.A e o restante de 50%, controlado pelo Banco BV S.A., o qual o passou a ser controlador em 27 de novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui transações com o Banco Votorantim S.A., controlador do Banco BV S.A., no montante de R\$ 39 referente a disponibilidades e R\$ 30.132 referente receitas com prestação de serviços.

### 30. Gerenciamento de riscos

Considerando a troca de controle acionário realizada ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme citado no contexto operacional, todo gerenciamento de riscos está em processo de integração pelo Conglomerado, do qual a Companhia faz parte e passará a contar com os processos descritos abaixo.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 1) Processo de gestão de riscos

O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

#### a) Risco de crédito

##### Definição





## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

### b) Risco de mercado

#### Definição

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

#### Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### c) Risco de liquidez

#### Definição

Risco de liquidez é definido como:

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- A possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

### **d) Risco operacional**

#### **Definição**

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado ao qual a Companhia faz parte, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

### **e) Risco social, ambiental e climático**

#### **(i) Definição**

O risco social e ambiental são definidos, nos termos da Resolução CMN nº 4.943/2021, como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia ocasionadas, respectivamente, por eventos associados à (i) práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou de interesses comuns, e (ii) atos de degradação do meio ambiente. O risco climático é definido, em suas vertentes, como risco de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e risco físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

### **(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático**

A gestão do risco social, ambiental e climático (GRSAC) do Conglomerado cumpre os requisitos da Resolução CMN N° 4.943/2021 e 4.945/2021 que estabeleceram, respectivamente, novas regras para a estrutura do gerenciamento integrado dos riscos social, ambiental e climático e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Observando o cumprimento da legislação pertinente, e as disposições normativas, a Companhia avalia os aspectos socioambientais e climáticos, de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade de que trata a Resolução CMN n° 4.557/2017, com os quais o cliente, fornecedor ou investida esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços.

Tangibilizando a importância do tema para a Companhia, o apetite de riscos (RAS) da Companhia contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social, ambiental e climático, sendo monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA). Adicionalmente, a Companhia elencou setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

No âmbito da concessão de crédito, o gerenciamento do risco social, ambiental e climático é realizado por meio de metodologias específicas de análise que determinam o Rating ESG, incluso no processo de atribuição do Rating de Crédito. Em contrapartida, a análise do risco socioambiental em projetos atende as diretrizes estabelecidas pelos Princípios do Equador (PE).

Em complemento a estrutura do GRSAC, a Companhia realiza a avaliação da exposição do portfólio de crédito aos riscos climáticos em suas duas vertentes (risco físico e de transição) e no período do teste de estresse climático. Informações adicionais do GRSAC estão disponíveis no website: [ri.bv.com.br/relatoriogrsac/](http://ri.bv.com.br/relatoriogrsac/).

### **2) Processo de gestão de capital**

A gestão do capital no Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, e Circular nº 3.846/2017 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

### (i) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 que define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, entrou em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e revogou a Resolução CMN 4.192/2013. Não houve impactos



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.950/2021 e revogou a Resolução CMN nº 4.280/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado, do qual a Companhia é parte integrante, mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital, incluindo as metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições disponibilizadas no website: [www.bancobv.com.br/ri](http://www.bancobv.com.br/ri).

### (ii) Suficiência de capital (visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

## 31. Outras informações

### a) Eventos subsequentes

#### Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 11 de janeiro de 2024, a Companhia celebrou com o controlador BV S.A. um contrato de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 50 milhões, o qual será convertido obrigatoriamente em participação societária. O prazo máximo para conversão do AFAC em Capital Social é de até 180 dias após a assinatura do contrato.

\*\*\*

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6